

Para trabalhar em computadores de quinta geração

Japoneses querem "cérebro" português

Os investigadores do Departamento de Informática da Universidade Nova de Lisboa poderão vir a participar no mais avançado de todos os programas científicos japoneses: o dos computadores de quinta geração. Segundo afirmou ontem em Lisboa o professor Luís Moniz Pereira, especialista em Inteligência Artificial naquele departamento universitário, um dos mais altos responsáveis pelo projecto de quinta geração nipónico deverá deslocar-se a Portugal dentro de quinze dias.

Moniz Pereira falava no âmbito do 1º Simpósio sobre Inovação e Desenvolvimento Tecnológico, que está a decorrer na FIL, e chamava a atenção para o contraste existente entre o relevo internacional adquirido pela investigação portuguesa na área das tecnologias da Informação e o quase abandono a que a pesquisa universitária é votada pelas autoridades nacionais.

Referindo-se à próxima visita do responsável japonês, aquele cientista interrogava-se sobre aquilo que lhe deveria dizer na ausência de qualquer empenho oficial no aproveitamento de oportunidades como esta. A construção de computadores

de quinta geração, dotados de capacidades dedutivas e recorrendo amplamente à inteligência artificial polariza desde há vários anos a competição tecnológica entre os EUA e o Japão.

O Grupo de Programação em Lógica e Inteligência Artificial do Departamento de Informática da Universidade Nova de Lisboa, dirigido pelo prof. Moniz Pereira, é reputado internacionalmente e vendeu nos últimos seis anos mais de 250 mil contos em serviços para numerosas instituições e empresas, designadamente as mais importantes da indústria informática mundial.

De acordo com Moniz Pereira, o grupo estaria em condições de se lançar ele próprio num projecto português de quinta geração que poderia competir facilmente com os japoneses, na área do «software». O que falta, obviamente, são os meios materiais e uma estratégia de apoio às actividades de investigação e desenvolvimento nacionais. Por isso não admira que os responsáveis japoneses estejam interessados em obter os serviços dos cientistas portugueses que não encontram a nível nacional o apoio necessário ao pleno aproveitamento do seu trabalho.

Na opinião de Moniz Pereira os políticos assumem em Portugal uma atitude hipócrita em relação à ciência e, em particular, às novas tecnologias que enchem os discursos oficiais mas cujo desenvolvimento se vê permanentemente bloqueado pela burocracia, pela suspensão de contratos e programas, etc.

Entre outras propostas aquele professor universitário retomou ontem a da criação de um pólo tec-

nológico, «uma costa do silício portuguesa», à imagem do célebre «silicon valley» californiano, que concentraria na zona da Costa de Caparica toda a actividade ligada à pesquisa e à indústria das tecnologias da Informação.

Presentemente já lá estão instaladas duas unidades industriais, a Timex e a Centrel, bem como o próprio Departamento de Informática da Universidade Nova.

Paralelamente, Moniz Pereira sugeriu, com alguma ironia, que fossem canalizadas para a investigação científica um por cento das receitas do Totoloto, «como forma de compensar a credence pública que se concentrou naquele jogo».

No decurso do mesmo colóquio, um outro investigador universitário, Steiger Garção, especialista em robótica, considerou algo «exageradas» as propostas de Moniz Pereira mas reconheceu-lhes potencialidades catalisadoras de vontades e do interesse público. O risco, sublinhou, está em que elas possam ter o desfecho que têm os banquetes de-

masiado grandes para a fome dos convivas.

Para o eng. João Cravinho, presidente da Comissão para o Desenvolvimento das Tecnologias da Informação, organismo cuja extinção o actual Governo está a preparar à imagem do que já fez com o Gabinete de Estudos Básicos de Economia Indústria, também chefiado por aquele dirigente socialista, a necessidade de avançar e promover o desenvolvimento tecnológico é igualmente inadiável. «Não será pela via do Totoloto, sublinhou, mas terá de ser pela do Orçamento do Estado e das empresas públicas e privadas».

Na sua perspectiva torna-se imprescindível levar por diante um grande programa de investigação e desenvolvimento e de formação, para o qual po-



A saída que resta aos investigadores portugueses?

deria ter sido obtido o apoio das Comunidades Europeias. «Ninguém se lembrou disso» mas teria sido certamente mais fácil do que obtê-lo para a agricultura ou para a modernização da indústria», comentou João Cravinho.